

RECURSO ESPECIAL Nº 1.687.311 - PB (2017/0181462-6)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : JAPAN FLORESTAL LTDA
RECORRIDO : WILSON LUIZ TEOTONIO
RECORRIDO : FRANCISCO TEOTONIO NETO
ADVOGADOS : RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA - PB011589
VALBERTO ALVES DE AZEVEDO FILHO - PB011477
AGRAVANTE : JAPAN FLORESTAL LTDA
AGRAVANTE : WILSON LUIZ TEOTONIO
AGRAVANTE : FRANCISCO TEOTONIO NETO
ADVOGADOS : RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA - PB011589
VALBERTO ALVES DE AZEVEDO FILHO - PB011477
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL DA FAZENDA NACIONAL. REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA. HOMOLOGAÇÃO DO PEDIDO.

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR DA CAUSA DE R\$ 739.577,01, EM SETEMBRO DE 2000. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS PELA INSTÂNCIA ORDINÁRIA EM R\$ 2.500,00. VALOR CONSIDERADO IRRISÓRIO. NECESSIDADE DE REVISÃO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO PARA FIXAR OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM 1% SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA.

1. Trazem os autos Agravo em Recurso Especial apresentado por FRANCISCO TEOTONIO NETO E OUTROS e Recurso Especial interposto pela FAZENDA NACIONAL objetivando reformar acórdão proferido pelo egrégio Tribunal Regional Federal da 5a. Região, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. FISET. COBRANÇA. CONTRATO FIRMADO COM O EXTINTO IBDF. LEGITIMIDADE DO IBAMA. RECONHECIMENTO. INCIDÊNCIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO.

- Cabe ao IBAMA a cobrança de débitos oriundos de contrato firmado com o extinto IBDF, nos exatos termos do art. 4º da Lei 7.735/89. Precedentes do STJ e desta Corte.

- Ilegitimidade ativa da Fazenda Nacional reconhecida.

- São devidos honorários advocatícios na hipótese em que a extinção da Execução Fiscal decorreu do oferecimento da defesa incidental.

- Embora a causa não apresente grande complexidade, não requerendo maiores esforços, além daqueles inerentes ao mister da advocacia, uma vez que a questão debatida cingiu-se à demonstração da ilegitimidade da exequente, a manutenção da verba honoraria no montante de R\$ 1.000,00 (um mil reais) implicaria aviltamento ao labor do advogado, tão importante quanto a própria atividade jurisdicional. Fixação no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), nos termos do art. 20, § 4º do CPC.

- Apelação da Fazenda Nacional e remessa oficial desprovidas. Apelo do excipiente provido (fls. 531).

2. Os Embargos de Declaração opostos pelo Ente Público foram rejeitados (fls. 548/552).

3. Nas razões do Apelo Nobre de fls. 555/564, os contribuintes apontam violação do art. 20 do Código Buzaid, ao argumento de ser irrisório o valor fixado a título de honorários advocatícios.

4. Após as contrarrazões de fls. 590/593, apenas o Apelo Nobre de iniciativa da Fazenda Nacional foi admitido, manejando os particulares Agravo em Recurso Especial (fls. 600/613).

5. A FAZENDA NACIONAL, por meio da Petição de fls. 671/675, requer a desistência do seu Recurso Especial.

6. É o relatório.

7. De início, aprecia-se o recurso apresentado por FRANCISCO TEOTONIO NETO E OUTROS, o qual comporta acolhimento.

8. Segundo orientação desta Corte Superior, a revisão do valor arbitrado pelas instâncias ordinárias a título de honorários de sucumbência é

admissível em situações excepcionais, como no presente caso, quando revelar-se manifestamente irrisório o valor arbitrado (REsp. 1.071.436/PR, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 8.4.2014).

9. O critério para a fixação da verba honorária deve levar em conta, sobretudo, a razoabilidade do seu valor, em face do trabalho profissional advocatício efetivamente prestado, não devendo altear-se a culminâncias desproporcionais e nem ser rebaixado a níveis claramente demeritórios; a remuneração do Advogado há de refletir, além do valor dado à causa, também, o nível de sua responsabilidade e os esforços despendidos na defesa do seu cliente.

10. No presente caso, os honorários advocatícios foram fixados pelo Tribunal de origem em R\$ 2.500,00, o que se mostra manifestamente irrisório, considerando o valor atribuído à causa, que alcançava o montante de R\$ 739.577,01 em setembro de 2000, **além do fato de a demanda estar em curso há mais de 18 anos**, pelo que aquela retribuição não é compatível com a dignidade do trabalho profissional advocatício. Nesse mesmo sentido, veja-se o seguinte precedente desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR ÍNFILO. MAJORAÇÃO. NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO.

1. *A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta no sentido de que, em sede de recurso especial, é inviável a re-análise dos valores arbitrados a título de honorários advocatícios, salvo quando tenham sido fixados em valores ínfimos ou exacerbados. Precedentes desta corte.*

2. *No caso em concreto, a fixação dos honorários no valor de R\$ 100,00 (cem reais) revela-se quantia ínfima, a possibilitar a revisão desta quantia na via recursal eleita.*

3. *Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp. 1.312.306/MG, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 29.5.2012).*

11. Passa-se ao exame do pedido de desistência apresentado

pelo Ente Público.

12. Consoante o art. 998 do Código Fux, a parte recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

13. Ante o exposto, nos termos do art. 34, IX do RISTJ, homologa-se o pedido de desistência apresentado pela FAZENDA NACIONAL para que produza seus efeitos legais e conhece-se do Agravo interposto por FRANCISCO TEOTONIO NETO e OUTROS dar provimento ao seu Recurso Especial, majorando a verba honorária para 1% do valor atualizado da causa.

14. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR